

OS CONFLITOS PELA POSSE DE TERRA AO LONGO DA HISTÓRIA: UM RELATO NA AMAZÔNIA

Geovanna Martins Barbosa¹, Daniel Gonçalves da Silva², Sara Macedo Silva³, Danilo Gonçalves da Silva⁴, Adelma Ferreira de Souza⁵

^{1,2,3,4} Discentes do curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Tocantins, Campus Gurupi - IFTO. e-mail: ¹<gegemartins001@gmail.com>; ²<danielgonsi01@gmail.com>; ³<saramacedo.s07@gmail.com>; ⁴<danilogonsi@gmail.com>.

⁵ Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP e professora EBTT do Instituto Federal do Tocantins. e-mail: <adelma.souza@ifto.edu.br>

Resumo: O presente artigo partiu inicialmente de um trabalho desenvolvido na disciplina de geografia, que tinha como objetivo fazer com os discentes aprendessem sobre conflitos brasileiros. Sabe-se que o Brasil é um país permeado de conflitos, principalmente relacionados à questão agrária. Desde a nossa formação esse é um problema recorrente, que vem tendo como resultado guerras envolvendo a morte de muitos indivíduos. Este ensaio foi essencialmente baseado em uma pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos, periódicos e materiais disponibilizados na Internet (GIL, 2010). Inicialmente, a Coroa Portuguesa doou terras somente a elite privilegiada, através das sesmarias e da constituição das capitânicas hereditárias. Posteriormente, o Regente, no Brasil Império, incrementou leis objetivando inibir a tomada de terras por parte de pequenos produtores e das camadas mais pobres da população, gerando diversos conflitos. Nesse contexto, a aprovação e implantação do projeto de desenvolvimento da Amazônia, no Governo de Getúlio Vargas, aumentou o desenvolvimento territorial, agropecuário e industrial, porém provocou desmatamento no território amazônico e vários conflitos entre indígenas, latifundiários, posseiros e migrantes. Sob esse viés, na Amazônia, ressaltam-se os confrontos que aconteceram em Eldorado dos Carajás (Pará) e no Bico do Papagaio (Tocantins) que foram reprimidos pelos governos estaduais. Destarte, observa-se que o posicionamento do governo, através dos militares, foi favorável aos latifundiários em todas as revoltas apresentadas, pois o mesmo foi responsável por suprimi-las ou por tentar fazê-lo de alguma forma.

Palavras-chave: Questão agrária, Conflitos de Terras, Latifúndios, Pequenos proprietários.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história brasileira muitos conflitos ocorreram, nos quais as pessoas disputaram a posse de terras. Desde a formação do nosso país esse é um problema recorrente, e vem tendo como resultado guerras e conflitos envolvendo a morte de muitos indivíduos.

Em um primeiro momento, quando o Brasil se constituiu como colônia, os portugueses que aqui chegavam tinham um único objetivo tomar posse e explorar aquela terra pertencente ao novo mundo, de acordo com regras estabelecidas pela Coroa, o que mais tarde acabou gerando diversos confrontos com indígenas (RIBEIRO, 1995), negros, pobres e, posteriormente, os chamados “sem terra” (MST, 2010).

A propriedade da terra no Brasil sempre esteve atrelada ao capital, pois é evidente que, desde a colonização, a maioria do território brasileiro está concentrada nas mãos de poucas pessoas que tem uma grande poder econômico e financeiro, o que gera um sentimento de revolta naqueles indivíduos que querem morar e trabalhar no campo.

A partir da década 1970, nasceu um grande movimento com o objetivo de garantir o direito de ser proprietário de uma terra. Inicialmente suas ações consistiam no uso da violência para atingir seus intuítos. Posteriormente, se tornou muito bem organizado e articulado com uma grande gama de afiliações em todo o território brasileiro, ficando conhecido como Movimento Sem Terra (MST).

2. METODOLOGIA

Este ensaio foi baseado em uma pesquisa bibliográfica, "elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e de materiais disponibilizado na Internet" (adaptado de GIL, 2010). Utilizou-se desta método para analisar mesmo que brevemente a história da disputa por terra no Brasil. Neste artigo, serão apresentados diversos conflitos ocorridos no Brasil, principalmente na Amazônia, com suas causas e consequências.

3. Os conflitos pela posse da terra no Brasil: do período colonial à lei de terras

O primeiro conflito histórico do Brasil pela posse de terra no período colonial aconteceu pouco tempo após o primeiro contato que os índios tiveram com os lusitanos, visto que no início, segundo a Carta do Achamento do Brasil (Pero Vaz de Caminha, 1500), eles tinham uma relação amigável, porém após um curto período, os portugueses começaram a explorar e tomar a terra dos aborígenes.

O primeiro sistema de terras implementado, no Brasil, foi baseado na distribuição de terras para a exploração: o proprietário tomava posse da terra e produziria na mesma, pagando um sexto do que era produzido para a Coroa Portuguesa, esse sistema ficou conhecido como regime sesmario. O rei de Portugal disponibilizava terra para quem quisesse povoar o novo continente, havendo a obrigatoriedade de exploração dos terrenos recebidos.

Ainda, podemos perceber que, mesmo concedendo terras a algumas pessoas, a Coroa Lusitana não conseguia controlar quem entrava e tomava posse da terra no período do Brasil Colônia. Por conseguinte, começaram a surgir os posseiros, indivíduos que se apossaram da terra ilegalmente. A figura dos posseiros foi aceita inicialmente, tanto porque estes cultivavam o terreno, como também para limitar o poder dos sesmeiros (DINIZ, Mônica, 2005, p 4).

Das sesmarias surgiu a constituição das capitanias hereditárias. No início dos anos de 1534 e 1535, a coroa portuguesa com o intuito de explorar o território “descoberto” convidou e deu terra a 12 Capitães-governadores da corte de Portugal para que essas viessem morar na colônia brasileira e, consequentemente, investissem na terra, implementando assim as capitanias hereditárias (ULRICH, Siegmund, 1972, p. 53). Essas foram precursoras dos grandes latifúndios atuais, a partir das mesmas, ocorreu a gênese da noção de propriedade privada no Brasil, que gerou e gera vários embates pela posse de terra.

Entre 1822, como o desfecho da legalidade das sesmarias, e, em 1850, com a lei de terras, surgiu a luta dos camponeses pela pequena propriedade, os mesmos depois de serem expulsos de terras e desapropriados por parte dos latifundiários, todas as vezes que os mesmos se apossaram de um pedaço de terreno, e após ter passado pelos ciclos da cana de açúcar e do café, se situavam e começavam sua busca por terrenos, através da posse. Como analisa Alberto Passos Guimarães em seu livro *Quatro Séculos de Latifúndio*, houve, na história brasileira, uma “longa e obstinada batalha que os elementos geradores da classe camponesa tiveram de travar contra os seus inimigos até emergirem definitivamente na vida rural brasileira” (1963, p. 109), esse embate ocorria entre os pobres do campo e os latifundiários, e começava a melhorar a situação dos camponeses.

Neste época, “a posse tornou-se a única forma de aquisição de domínio de terras, ainda que apenas de fato, e é por isso que na história da apropriação de terras esse período ficou conhecido como ‘fase áurea do posseiro’ ”(SILVA, Ligia Osório, 2008, pág. 90). Não existia nenhuma lei que estabelecesse regras quanto a quem pode ou não possuir a terra do ponto de vista jurídico. É quando finalmente as pessoas de baixa condição financeira tem acesso a terras, se instalando, sem nenhuma lei que os amparasse, e produzindo como pequenos proprietários de terra, depois de tanto anos de repressão causada pelos latifundiários (GUIMARÃES, Alberto Passos, 1963, p 114).

Após a abolição das sesmarias e o período no qual não existia lei sobre as terras, na época do Brasil Império, surgiu a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, sancionada por Dom Pedro II, que ficou conhecida como a Lei de Terras e defendia que para obter a posse da terra a pessoa deveria pagar pelo território, a mesma também criminaliza toda e qualquer tipo de invasão e destruição que viessem a ocorrer nas terras compradas e nas terras públicas e validava as posses feitas até aquele momento desde que as pessoas tivessem cultivado. A Lei de Terras foi criada com um objetivo principal de:

Criar mecanismos que gerassem artificialmente, ao mesmo tempo, excedentes populacionais de trabalhadores à procura de trabalho e falta de terras para trabalhar num dos países com maior disponibilidade de terras livres em todo o mundo, até hoje. (MARTINS, 1997, p. 17 apud MIRALHA, Wagner, 2006, p. 152)

A Lei de Terras serviu para defender os interesses e legitimar as terras pertencentes aos latifundiários, visto que negros e pobres não tinham dinheiro suficiente para comprar as terras,

ficando submetidos a trabalhos sem garantias sociais realizados realizado nos latifúndios. Outrossim, essa lei serviu como uma forma de incentivar conflitos entre os posseiros, que passaram a denunciar constantemente quem não tinha a propriedade da terra e a desmatava, com o intuito de fazer essas pessoas serem expulsas da terra para que eles (posseiros) pudessem comprá-la a fim de aumentar sua própria propriedade (SILVA, Marcio Antônio Both da, 2015, p. 93).

A Lei de Terras instituiu a propriedade privada, as terras deixavam de ser propriedade da Coroa para ficar em posse dos latifundiários, começa a se perpetuar a concentração fundiária, muitas terras na mão de poucas pessoas, fator gerador de vários conflitos desde a colonização do Brasil até os dias atuais.

4.1. Conflitos na Amazônia

Logo após o Ciclo da Borracha - período histórico em que a base econômica do Brasil era a extração e a comercialização do látex para produção de borracha - o representante da época, Getúlio Vargas, tinha uma missão importante: desenvolver a Amazônia, sem entregar completamente as terras amazônicas para estrangeiros e continuar com o poder do Estado sobre as mesmas.

Para isso foi necessário que o governo tomasse algumas medidas, incentivando a evolução da região amazônica. Segundo Marcelo Barros, as medidas tomadas foram: o estímulo de instalações de indústrias, a criação de rodovias e de instituições como o Banco de Crédito da Borracha, em 1942, a SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, em 1953, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. Tudo isso ajudou a região evoluir amplamente. Quanto ao projeto desenvolvido pelo governo:

Esse projeto, idealizado e executado pelo governo de Getúlio Vargas no período do Estado Novo e lançado em início de 1938, trouxe no bojo a política de interiorização do país com intuito de romper as distâncias entre o litoral povoado e o interior habitado apenas por comunidades indígenas e poucas comunidades tradicionais quilombolas, ribeirinhas e camponesas. (LIMA, 2015, p. 25)

A aprovação e implantação desse projeto gerou aumento do desenvolvimento territorial, agropecuário e industrial, todavia, também, provocou desmatamento do território amazônico e novos conflitos entre indígenas, latifundiários, posseiros e migrantes.

Entre embates pela terra ocorridos na região Amazônica foram selecionados dois, considerados emblemáticos na luta pela terra nesta região. Foram selecionados os conflitos que aconteceram em Eldorado dos Carajás - Pará e no Bico do Papagaio- Tocantins.

4.2 Eldorado do Carajás - Pará

De acordo com César Barreira, em setembro de 1895, aproximadamente 3.500 famílias de trabalhadores rurais fizeram um acampamento perto da fazenda Macaxeira, no estado do Pará. Essas pessoas faziam parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e queriam que a fazenda fosse desapropriada, pois segundo eles, esta seria improdutiva (2000, p 172).

Conforme a Constituição Federal, art. 184 discorre:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Diante dessa situação e do pedido feito pelos trabalhadores, o (INCRA) - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - fez uma vistoria, porém o resultado constatava que a terra era produtiva, portanto não necessitava ser desapropriada, mas o MST afirmava que o Estado do Pará subornou o superintendente, esse foi exonerado do seu cargo após ser comprovado a alteração do laudo, e que ele havia aceitado suborno para fazer isso.

Em razão desse acontecimento, o MST fez muitas reuniões com o governo do Estado do Pará, tentando chegar a um acordo que pudessem favorecer os trabalhadores rurais, porém nada foi feito e as famílias, cansadas de esperar por melhorias, decidiram realizar um ato mais impactante (César

Barreira, 2000, p. 173). Conforme o mesmo autor, no dia 16 de abril, os revoltosos decidiram interditar a estrada PA-150 no km 95, próximo à cidade Eldorado dos Carajás, onde exigiam transporte e alimento para continuar o trajeto planejado (2000, p. 173).

No dia posterior ao fechamento da rodovia, em 17 de abril, às famílias foram cercadas pelos policiais de Parauapebas, cidade Paraense, e pelos policiais do batalhão de Marabá, outra cidade Paraense, os trabalhadores reagiram atirando paus e pedras, mas acabaram sendo encurralados e duramente reprimidos pelos policiais. Nesse conflito, 19 trabalhadores rurais foram mortos e 56 ficaram feridos.

4.3. Bico do Papagaio - Tocantins

Inicialmente, o Tocantins tinha uma baixa densidade demográfica, e a maioria dos seus povoados se localizavam perto de rios e em regiões de atividade mineradora. Todavia, essa realidade começa a se alterar a partir de 1938, pela influência do plano de governo de Getúlio Vargas, que buscava integralizar toda a região da Floresta Amazônica e torná-la economicamente ativa (LIMA 2015, p 23-24). Apesar de tentar integrar o país, essa política estabelecida acaba por gerar conflitos de terra e favorece, em sua maioria, apenas os grandes donos de terras. Ainda, o governo não tinha capacidade de gerir todas as entradas no Amazônia, o que deu margem para que os posseiros, buscando melhores condições de vida, se apropriassem de pequenos terrenos, e aos latifundiários, que queriam terras para o aumento da produção, obterem grandes porções das mesmas (Idem) .

A maior porção de Floresta Amazônica encontrada no Tocantins se localiza no Bico do Papagaio, e é foco de grandes embates na questão de agrária. Seus principais personagens nesta região são: os pequenos produtores, que são os meeiros, arrendatários, posseiros, pequenos proprietários e rendistas, a classe menos privilegiada; e os latifundiários, com a figura de grileiros, grandes donos de terra e fazendeiros, considerados a elite dominante (SANT'ANNA, André Albuquerque e YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann, 2000, p 3-4).

Sobre a região do Bico do Papagaio e os conflitos, Gerson Alves de Oliveira discorre:

Zona de confluência dos rios Araguaia-Tocantins e região de fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins, o Bico do Papagaio nas décadas de 1960-70 do século passado, foi porta de entrada para a toda a Amazônia Legal constituindo-se numa região de intensos conflitos envolvendo posseiros, grileiros e fazendeiros durante todo o regime militar (1964-1985) (2010a, p. 1).

Os principais motivos para a disputa de terras no Bico do Papagaio são: a estrutura da malha fundiária e a fertilidade do solo. Analisando o primeiro aspecto, vemos que ele se refere à propriedade de terrenos e fator jurídico sobre a mesma, enquanto que o segundo motivo se refere ao fato da região do solo da região ser composto de rocha basáltica, e possuir maior capacidade de produtividade (OLIVEIRA, Nilton Marques; CRESTANI, Leandro de Araújo; e STRASSBURG, Odo, 2014, p. 209)

Os posseiros têm uma visão diferente da terra em relação aos fazendeiros. Os pequenos proprietários veem a terra como um instrumento para seu sustento e de sua família, no qual os próprios fazem o plantio, cuidam da terra e colhem. Os latifundiários consideram a terra apenas um meio do qual eles teriam apenas lucro, após vender o que foi plantado pelos seus funcionários, geralmente utilizam grandes porções de terrenos. Quanto aos posseiros no conflito de terras no Bico do Papagaio:

Acredita-se que o conflito foi gerado somente quando os moradores perceberam que havia uma ameaça a sobrevivência/permanência do grupo, daí a concretização da luta e do fortalecimento identitário frente ao grileiro, fazendeiro e dos representantes do Estado (OLIVEIRA, Gerson Alves de p. 154, 2010b)

Os posseiros foram quase que dizimados pela força do Governo unida à elite latifundiária, que reprimiu fortemente qualquer ato de revolução. Houve a fragilização do pequenos proprietários, e o aumento de poder dos fazendeiros na região.

5. A formação e consolidação do Movimento sem terra (MST) no Brasil e sua relação com os conflitos

De acordo com tudo que foi visto até agora, movimentos de pessoas pela posse da terra

sempre existiram no Brasil, porém todos eles foram impossibilitados pelo governo altamente influenciado pelos latifundiários. No período do início da ditadura militar (1964), os movimentos pela posse de terra foram duramente reprimidos, principalmente no Nordeste, apenas no fim da década de 70 que esses movimentos resurgiram, principalmente no sul do Brasil, em consequência da modernização da agricultura.

A modernização da agricultura fez com que um grande número de indivíduos que trabalhavam no campo fossem substituídos por máquinas, por conseguinte, eles ficaram sem emprego. As pessoas da época não queriam ir para as cidades, pois estavam habituados a vida no campo e queriam continuar como agricultores, por isso começaram a lutar para que obtivessem, pelo menos, um pedaço de terra onde pudessem plantar, e é nesse processo que se forma a base social de luta que gera o MST, visto que essas pessoas começaram a defender a distribuição de terra a todos (STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano, 1999, p. 17).

Nesse contexto, surgem os principais objetivos do Movimento Sem Terra que a Secretaria Nacional do MST (2010) informa que são os seguintes:

Por meio da luta pela reforma agrária, queremos contribuir com a superação da gritante e imoral desigualdade social existente em nosso país e perpetuada por todos os governos. Queremos uma agricultura voltada prioritariamente para a produção de alimentos e que assegure a preservação ambiental. Queremos que a população rural permaneça no campo, em condições dignas de vida, com acesso à educação e ao conhecimento, construtora do seu próprio destino (MST - Lutas e Conquistas, p. 6).

Todos esses objetivos, principalmente a reforma agrária, se configuram como ideias contrárias aos grandes latifúndios atuais, assim sendo, O MST se tornou um grande opositor aos latifundiários, defendendo o fim das grandes propriedades monocultoras e agroexportadoras, para a formação de pequenas propriedades, policultoras, baseadas na agricultura familiar.

Nesse contexto, no Rio Grande do Sul, na área da Encruzilhada Natalino, surgiu o movimento que marcou o início atividades do MST através de acampamentos. Segundo o MST em seu próprio site, nesse lugar foi estabelecido um acampamento, criado primeiramente para ajudar pessoas impossibilitadas de entrar nas fazendas, Macali e Brilhante, e os descendentes de indígenas que não puderam comprar terras na reserva. Este movimento tinha o objetivo de estabelecer uma reforma agrária e ocorreu em lugar estratégico, onde circulavam automóveis das quatro maiores cidades da região, contou com um grande apoio das igrejas católica e luterana e da sociedade que arrecadaram alimentos os distribuindo aos acampados e participaram diretamente das manifestações realizadas neste mesmo lugar. A partir desse movimento os acampamentos se espalharam por todo o Brasil e se tornaram um símbolo de luta do MST contra os latifundiários e o governo.

O governo vigente da época (ditadura) insatisfeito com essa situação mandou o general Curió para a região com a missão de acabar com esse acampamento, entretanto, apesar de ter ameaçado e até ter proibido a circulação de alimentos na área, o general não conseguiu vencer as pessoas que estavam lá e se retirou do local. Esse movimento no “Acampamento Encruzilhada Natalino obteve repercussão nacional e internacional, porém não conquistou a esperada Reforma Agrária” (MST, 2014), todavia o movimento conseguiu fazer com que as famílias que estavam acampadas no lugar conseguissem ser assentadas, apesar do processo ocorrer de lenta, pois o Governo do Rio Grande do Sul disponibilizou as terras aos poucos.

Uma grande marco que auxiliou o MST a ganhar força nacional aconteceu em 1984, trabalhadores envolvidos em revoltas de várias regiões do Brasil se reuniram na cidade do Cascavel no Paraná e estabeleceram formalmente os objetivos do MST supracitados, de forma sucinta: “lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país” (MST, 2010). Depois dessa reunião o MST se consolidou como um movimento nacional, e começou a se envolver diretamente nos conflitos pela terra existentes em diversas áreas do nosso país, atuando através de acampamentos, da divulgação das suas atividades na imprensa e por meios jurídicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país permeado de conflitos, principalmente relacionados à questão agrária. Desde a sua formação é evidente que o governo foi um forte influenciador para a geração e supressão

de revoltas populares. Assim, pelo menos até o surgimento e a consolidação do MST, as pessoas que lutavam pela terra quase não recebiam apoio de qualquer órgão ou entidade, e por isso elas eram sempre a parte mais frágil e que mais saía prejudicada no término dos conflitos

Inicialmente, a Coroa Portuguesa, responsável pelo território brasileiro, fez a doação de terras somente a uma parcela privilegiada de indivíduos, através das sesmarias e da constituição das capitanias hereditárias, e, posteriormente, o Regente, no Brasil Império, incrementou leis e projetos com o intuito de dificultar ou inibir a tomada de terras por parte de pequenos produtores e das camadas mais pobres da população.

O fenômeno da concentração fundiária é um dos principais responsáveis por fazer com que muitas camponeses lutem para ter uma pequena porção de terra, principalmente quando as mesmas são inutilizadas. Esses indivíduos buscam condições iguais na extrema desigualdade existente no Brasil, apesar de ter havido muitos conflitos poucos deles foram bem sucedidos e as pessoas envolvidas tiveram que se dispersar ou desistir deles. O enorme poder dos latifundiários, na maioria das vezes, reprimiu os movimentos das classes menos privilegiadas pela posse de terrenos.

Alguns estudiosos e teóricos defendem que uma possível resolução para os conflitos pela posse de terra que existem no Brasil seria a aprovação da Reforma Agrária, em terras não produtivas ou públicas, mediante a desapropriação destas pelo governo e da distribuição delas de forma igualitária para quem não tem fonte de renda. Segundo a Lei nº 4.504, que dispõe do Estatuto da Terra, de 30 de novembro 1964:

Art. 1 § 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

Por fim, observa-se que os conflitos pela posse de terra são frequentes, e enquanto não houver uma solução definitiva para esse embate, ainda surgirão mais guerras e disputas pela propriedade de terrenos no Brasil.

7. Referências

A luta do Acampamento Encruzilhada Natalino. MST - Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2014/06/18/a-luta-do-acampamento-encruzilhada-natalino.html>>. Acesso em 11 de dezembro de 2018.

BARREIRA, César. Massacres: monopólios difusos da violência. Revista crítica de Ciências Sociais, n 57/58, Junho/ Novembro, 2000.

BARROS, Marcelo. Getúlio Vargas e o desenvolvimento da Amazônia. Disponível em: <<http://www.flb-ap.org.br/artigo.php?id=25&idPost=1230>>. Acesso em 12 de dezembro de 2018.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Planalto.

_____, Lei nº 4.504 de 30 de novembro 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Planalto.

CALDART, Roseli Saete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. Vol.15, no.43, São Paulo, Sept./Dec. 2001.

CAMINHA, Pero Vaz. Carta de Achamento do Brasil, 1500.

DINIZ, Mônica. Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. Arquivo do Estado de São Paulo. Edição nº 2 de junho de 2005.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963.

KAHN, Siegmund Ulrich. As Capitânicas Hereditárias, o Governo Geral, o Estado do Brasil - Administração e Direito Quinhentistas. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 6, n° 2, p. 53-114, abr/jun 1972. Biblioteca Digital Fundação Getúlio Vargas

LIMA, Eonilson Antonio. *A Luta pela Terra na região do Norte de Goiás: assentamento Juarina (1968–1988)*. Dissertação de Mestrado. Goiânia - GO, 2015.

MIGUEL, Sylvia. *Amazônia: integrar o que e para quem*. Disponível em <<http://www.iea.usp.br/noticias/amazonia-integrar-o-que-e-para-quem>> Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. *Revista NERA, Presidente Prudente*, Ano 9, n. 8 pp, 151-172, Jan./Jun. 2006.

OLIVEIRA, Gerson Alves de. Os posseiros e a luta pela terra no Bico do Papagaio 1964/1985: cultura e identidade. In *Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina "Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?"*, Universidade Estadual de Londrina, 2010a.

OLIVEIRA, Gerson Alves de. *Os Posseiros e a luta pela terra na região do Bico do Papagaio 1964-1985: Modernização e Tradição*. Dissertação de Mestrado, 2010b.

OLIVEIRA, Nilton Marques; CRESTANI, Leandro de Araújo; STRASSBURG, Odo. Conflitos Agrários no Bico do Papagaio. *Revista IDeAS*, v. 8, n. 2, p 104-134, 2014.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANT'ANNA, André Albuquerque e YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. *Conflitos no Campo e Desmatamento: Duas Faces da Mesma Moeda*. Instituto de Economia - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2000.

SANTOS, Marileuda Fernandes do Nascimento; SILVA, Anne Rocha da; MATEUS, Kergilêda Ambrosio de Oliveira. Percursos históricos da luta pela terra no Brasil: os conflitos no campo e a formação do MST. *Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil*, v. 6, n. 6, p 2744-2756, 2017.

Secretaria Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *MST - Lutas e Conquistas*, 2ª edição, Janeiro de 2010, São Paulo-SP.

SILVA, Ligia Osorio. *Terras Devolutas e Latifundiário*. 2ª edição. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2008.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, n° 70, 2015.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 1ª edição: agosto de 1999, 3ª reimpressão 2005.